

**FACELI - FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE LINHARES
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

MARCELLE MOURELLE PEREZ DIÓS

**PROJETO DE PESQUISA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO “GRUPO DE
PESQUISA EM ESTUDOS AVANÇADOS DE DIREITO DA CIDADE”**

LINHARES, ES

2024

MARCELLE MOURELLE PEEZ DIÓS

**PROJETO DE PESQUISA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO “GRUPO DE
PESQUISA EM ESTUDOS AVANÇADOS DE DIREITO DA CIDADE”**

Projeto de grupo de pesquisa apresentado à
Coordenação de Pesquisa e Extensão a ser
desenvolvido no âmbito do Colegiado de
Direito da Faceli.

LINHARES, ES
2024

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	OBJETIVOS	5
3	JUSTIFICATIVA.....	5
4	METODOLOGIA.....	6
5	RECURSOS	5
6	CRONOGRAMA	6
7	REFERÊNCIAS	7

1 INTRODUÇÃO

A existência de um grupo de pesquisa em Estudos Avançados em Direito da Cidade pode ser fundamentada por diversos motivos relevantes para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral.

A pesquisa nessa área aborda temas de grande relevância social, uma vez que engloba questões jurídicas que afetam diretamente a vida das pessoas. Os núcleos urbanos devem abrigar, em breve, cerca de 90% da população brasileira. Apesar de ocupar apenas 3% da superfície da terra, as cidades são responsáveis por quase 3/4 das emissões de gases do efeito estufa, e a maior consumidora de recursos naturais do planeta. É imprescindível que o pesquisador do Direito não só compreenda as causas dos problemas percebidos e gerados pelas cidades, mas sobretudo que consiga conceber soluções inovadoras para problemas de múltipla natureza, extremamente complexos. A presente disciplina tem por objetivo suscitar no aluno a compreensão das múltiplas causas dos problemas das cidades, mas, ao mesmo tempo, capacitá-lo para prover soluções efetivamente inovadoras. A partir de pesquisas aprofundadas, o grupo pode fornecer subsídios para uma legislação mais eficiente e adequada à realidade contemporânea.

O tema abrange uma abordagem dentro de disciplinas do Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Administrativo e do Direito Ambiental entre outras. A criação de um grupo de pesquisa nessa área promoverá a interação entre diferentes especialidades jurídicas, bem como a colaboração com outras áreas do conhecimento, como a Administração Pública, as Ciências Sociais e a Filosofia.

A existência de um grupo de pesquisa em estudos avançados em Direito da Cidade fortalece a instituição que o abriga, notadamente por tratar-se de uma Faculdade Municipal. Através do desenvolvimento de pesquisas e produção acadêmica de qualidade, a instituição se torna um centro de referência no assunto, atraindo estudantes, pesquisadores e parcerias.

O grupo de pesquisa possibilita a formação de profissionais altamente qualificados. Isso é importante tanto para a academia, com a formação de

pesquisadores e docentes, quanto para a sociedade, com a preparação de profissionais capazes de atuar de forma ética e responsável nessas áreas do direito.

2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS:

2.1 OBJETIVO GERAL

Possibilitar que o estudante, por meio da orientação do professor, produza um artigo científico sobre tema do Direito da Cidade, visando a possa eventualmente ser publicado em revista acadêmica.

Observação: cada aluno será orientado pelo professor orientador e produzirá um artigo científico próprio ou em duplas.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Iniciar os estudantes nas atividades de pesquisa jurídica;
- Permitir ao aluno que apreenda conteúdos pertinentes ao Direito da Cidade;
- Possibilitar ao acadêmico um primeiro contato com a atividade acadêmica.

3 JUSTIFICATIVA

A produção científica é essencial para uma instituição de ensino superior, haja vista o tripé ensino-pesquisa-extensão, conforme estabelecem o artigo 207 da Constituição Federal e o artigo 52 da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

Nesse contexto, projetos de iniciação científica são importantes para que os estudantes possam se debruçar, de forma mais profunda, sobre temas polêmicos e

atuais, para discussão, pesquisa e elaboração de artigos científicos, com a participação e orientação do professor orientador, por meio do grupo de pesquisa de Estudos Avançados em Direito da Cidade.

Este projeto de iniciação científica está de acordo com o projeto pedagógico do curso e se dedicará a variados temas que fazem parte da interface entre o Direito Público e o Direito Privado.

O grupo de pesquisa em Direito da Cidade tem por escopo o estudo integrado do fenômeno da Cidade, a partir de matrizes multidisciplinares, forte na perspectiva do direito. Busca-se desenvolver a uma reflexão teórica e de investigação sobre questões relativas à configuração historicamente assimilada pelo processo de urbanização, sobretudo no Brasil, e da necessidade de criar novos instrumentos jurídicos capazes de responder, de maneira efetiva, aos conflitos que se originam dos problemas urbanos contemporâneos, com ênfase no uso do solo urbano, no planejamento urbano, habitação e políticas locais, segregação e mobilidade sócio-espacial, criminalidade, impactos econômicos dos grandes projetos urbanos e de megaeventos culturais e esportivos, violência urbana, regularização fundiária, acesso à justiça, conflitos socioambientais, riscos ambientais, metropolização, tributação ambiental, gestão participativa de programas e projetos, participação social, etc., com o objetivo de adequar os instrumentos jurídicos e políticas públicas voltadas para gestão eficiente da cidade.

4 METODOLOGIA

Deverá ser aberto edital concedendo prazo de 2 (duas) semanas para que estudantes protocolem projeto de iniciação científica sobre um tema dentro das matérias de Responsabilidade Civil, Direito do Consumidor e Direito Médico.

Por meio da análise dos projetos, serão selecionados até 10 (dez) projetos para orientar ao longo de dois semestres, e produzir um artigo científico ao final, que servirá como relatório final de atividades para o aluno. A eventual publicação

do artigo em revista acadêmica, embora desejável, não tem como ser certa, e, portanto, não fará parte do cronograma das atividades.

Além disso, os trabalhos também podem vir a ser apresentados em eventos acadêmicos, nos quais a Faceli será citada como instituição financiadora da pesquisa.

Ao longo dos dois semestres, o professor orientador agendará reuniões presenciais ou virtuais, para indicar obras para fichamento, determinar a eventual realização pesquisa de jurisprudência e desenvolver o texto do artigo.

4.1 RECURSOS

Os recursos necessários são a ferramenta do Google Meet e o e-mail institucional, para reuniões telepresenciais e as salas de aula – lousa, pincel, apagador e Datashow para as presenciais.

Para o desenvolvimento dos trabalhos do grupo requer-se a atribuição de 04 h/a semanais à coordenadora do Projeto.

Será necessário ainda o apoio da equipe de TI na divulgação das atividades no site da FACELI e sala para reunião do grupo e orientações individuais.

Após a consolidação do grupo, parcerias e financiamentos junto às instituições de fomento poderão ser firmadas a fim de estimular o desenvolvimento de outras atividades.

5 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

A proposta do projeto é de 1 (um) ano, ou seja, 02 (dois) semestres letivos, podendo haver a cada semestre abertura de novas vagas para ingresso de discentes interessados em pesquisar o tema, considerando a consolidação da produção dos alunos selecionados. Segue proposta de cronograma.

6 REFERÊNCIAS

AIETA, Vânia Siciliano; CHAGAS, Fernando Cerqueira. Pacto Global da Água e do Esgoto no Contexto Brasileiro. In: AIETA, Vânia Siciliano; PAES NETO, José; NUNES, Maria Teresa Alvaro. Direito do Saneamento Básico. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2023.

TORRES, Marcos A. A.; MOURA, E. A. C. ; MOTA, M. J. P. . Direito humano-fundamental à moradia à luz da dignidade da pessoa humana: tutela normativa e políticas públicas urbanas. DIREITO DA CIDADE, v. 15, p. 2104-2133, 2023.

CORREIA, ARÍCIA FERNANDES; FACHIN, M. Bodas Constitucionais de Coral: novas rodadas de embates institucionais, defesa das minorias, constitucionalismo feminista e precedentes da Advocacia consultiva Pública carioca. Autores. Revista Carioca de Direito, v. 4, p. 45-67, 2023.

GUERRA, Sidney. Catástrofes naturais e a emergência do Direito Internacional das Catástrofes / Natural Disasters and the Emergence of International Disaster Law. Cadernos de Dereito Actual Nº 8. Núm. Ordinário (2017), pp. 331 -346· ISSN 2340-860X - ISSN e 2386-5229.

LIRA, Ricardo Pereira. Elementos de Direito Urbanístico. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

LIRA, Ricardo Pereira. Direito Urbanístico, Estatuto da Cidade e Regularização Fundiária. In Direito da Cidade. Novas Concepções sobre as Relações Jurídicas no Espaço Social Urbano. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

MOTA, MAURICIO JORGE PEREIRA DA; TORRES, Marcos Alcino de Azevedo ;
MOURA, E. A. C. Por uma teoria do direito constitucional da cidade . DIREITO DA
CIDADE, v. 14, p. 2847-2873, 2022.

MOTA, MAURÍCIO JORGE PEREIRA DA; TORRES, Marcos Alcino de Azevedo;
MOURA, E. A. C. Teoria da regulação urbana In: Regulação urbana: teoria,
instrumentos e perspectivas.1 ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024, v.1, p. 3-25

Documento assinado digitalmente
 MARCELLE MOURELLE PEREZ DIOS
Data: 11/07/2024 15:10:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>